

SUMÁRIO



CAP - Marinha do Brasil Técnico em Administração - QATP

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Administração geral - conceitos; princípios; teoria da administração científica; teoria clássica; teoria neoclássica da administração; modelo burocrático de organização; teoria estruturalista; teoria comportamental; teoria de sistemas; teoria da contingência..	1
Teoria das relações humanas.....	11
Teoria matemática da administração.....	12
Novas abordagens da administração.....	16
Liderança (conceito e teorias).....	18
Motivação (conceito e teorias).....	20
Administração de material - gestão de compras; aquisição de recursos materiais; tipos e importância dos estoques; análise dos estoques; estoque de segurança; e gestão da distribuição - logística (a abordagem logística, recebimento e armazenagem, e distribuição).....	21
Gestão de processos - conceito de processos; gestão utilizada nas organizações; mapeamento e modelagem de processos; implementação e documentação de processos; noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos; ferramentas para avaliação e melhoria dos processos; e metodologia de modelagem de processos.....	52
Gestão de pessoas - recrutamento e seleção de pessoas; orientação; modelagem de trabalho; avaliação de desempenho; recompensas; e treinamento e desenvolvimento de pessoas e organizações.....	55
Gestão da qualidade - melhoria contínua; kaizen; gestão estratégica da qualidade; conceitos básicos; ciclo pdca; ferramentas de gerenciamento; métodos específicos de gestão; benchmarking; reengenharia; e qualidade em projetos.....	57
Gestão pública - gestão pública no mundo contemporâneo; paradigmas na administração pública brasileira; burocracia, cultura organizacional e reforma na administração pública.....	59
Governabilidade, governança e accountability.....	62
Ética e moral na administração pública.....	70
Reforma do estado e transparência no brasil.....	71
Organização da administração pública no brasil.....	73
Planejamento e gestão estratégica; planejamento estratégico.....	79
Gestão pública empreendedora; e formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no brasil.....	82
Documentação digital (governo digital) - governo digital; conceitos e princípios; vantagens; objetivos.....	85
Transformação digital do setor público.....	86
Evolução da ct&i nos processos administrativos.....	88
Assinaturas eletrônicas.....	90
Questões.....	92
Gabarito.....	96

SUMÁRIO

SUMÁRIO



CONTABILIDADE

Contabilidade - contabilidade geral: patrimônio; contas.....	1
Atos e fatos administrativos.....	17
Escrituração.....	40
Crítérios de avaliação de estoques	46
Depreciação, amortização e teste de recuperabilidade	57
Princípio da competência	60
Principais documentos utilizados pela contabilidade	61
Contabilidade de custos: princípios contábeis aplicados a custos; lassificação e no- menclatura de custos; materiais diretos; e mão de obra direta.....	67
Questões	74
Gabarito.....	81

INFORMÁTICA E ESTATÍSTICA

Estrutura e organização da informação; conceitos e gerenciamento da memória; siste- mas operacionais	1
Redes de computadores; conectividade	2
Engenharia de software.....	13
Softwares aplicativos. Aspectos legais do software	14
Internet	16
Libreoffice: calc - planilha eletrônica; impress - apresentação; math - fórmulas mate- máticas; writer - processador de texto. E teclas de atalho	22
Comparação entre os aplicativos da microsoft office e o do libreoffice. Org.....	38
A natureza da estatística; população e amostra.....	39
Gráficos estatísticos	40
Distribuição de frequências	47
Medidas de posição; medidas de dispersão ou de variabilidade; medidas de assime- tria; medidas de curtose	53
Probabilidade.....	60
Distribuição binomial e normal	64
Questões	68
Gabarito.....	78

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO PÚBLICO E LICITAÇÃO

Direito público - princípios fundamentais.....	1
Organização do estado	2
Organização dos poderes	17
Defesa do estado e das instituições democráticas e administração pública federal - organização, princípios e forças armadas	61
Licitação - conceitos, objeto, princípios, definições, modalidades, tipos, dispensa, inexigibilidade, procedimento e julgamento; pregão eletrônico; processo licitatório, fase preparatória, divulgação do edital de licitação, apresentação de propostas e lances, habilitação, encerramento da licitação, instrumentos auxiliares, irregularidades e portal nacional de contratações públicas; pagamento de despesas por meio de suprimento de fundos; contratação de serviços sob o regime de execução indireta; contratos administrativos.....	72
Agentes públicos	195
Questões	214
Gabarito.....	222

LEGISLAÇÃO

Constituição da república federativa do brasil.....	1
Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, dou, 27/02/1967	1
Decreto nº 8.539, De 8 de outubro de 2015: uso do meio eletrônico para processos administrativos, dou, seção 1, 09/10/2015	35
Decreto nº 93.872, Seção v, de 23 de dezembro de 1986: unificação dos recursos de caixa do tesouro nacional.....	38
Instrução normativa nº 05, de 26 de maio de 2017: contratação de serviços sob o regime de execução indireta, dou, seção 1, 26/05/2017	62
Instrução normativa nº 11, de 29 de março de 2023: condições para o pagamento de despesas, dou, seção 1, 30/03/2023	79
Instrução normativa nº 67, de 8 de julho de 2021: dispensa eletrônica, dou, seção 1, 09/07/2021.....	79
Instrução normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022: licitação para menor preço ou maior desconto na forma eletrônica, dou, seção 1, 03/10/2022	85
Instrução normativa nº 98, de 26 de dezembro de 2022: contratação de serviços sob o regime de execução indireta, dou, seção 1, 27/12/2022.....	98
Lei nº 12.682, De 9 de julho de 2012: elaboração e arquivamento de documentos digitais, dou, seção 1, 10/07/2012	98
Lei nº 14.133, De 1º de abril de 2021: licitações e contratos administrativos, dou, seção 1, 01/04/2021.....	100
Lei nº 14.129, De 29 de março de 2021: governo digital, dou, seção 1, 30/03/2021.....	100
Portaria normativa nº 1.344, De 31 de outubro de 2023: limites financeiros do suprimento de fundos, dou, seção 1, 03/11/2023	113

SUMÁRIO

Licitações e contratos: orientações e jurisprudências do tcu / tribunal de contas da união. 4.Ed. Rev., Atual e ampl. Brasília: tcu, secretaria-geral da presidência: senado federal, secretaria especial de editoração e publicações, 2010.....	114
Questões	115
Gabarito.....	122

SUMÁRIO



ADMINISTRAÇÃO GERAL

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“**Administração** é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenas “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas compreende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

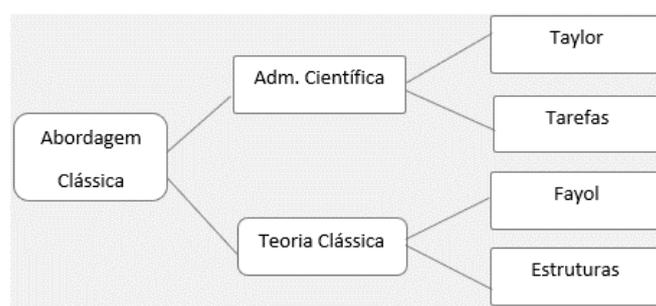
Montana e Charnov

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

- 1. Abordagem Clássica:** que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.
- 2. Abordagem Humanística:** que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.
- 3. Abordagem Neoclássica:** que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).
- 4. Abordagem Estruturalista:** que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.
- 5. Abordagem Comportamental:** que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).
- 6. Abordagem Sistêmica:** centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.
- 7. Abordagem Contingencial:** que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.

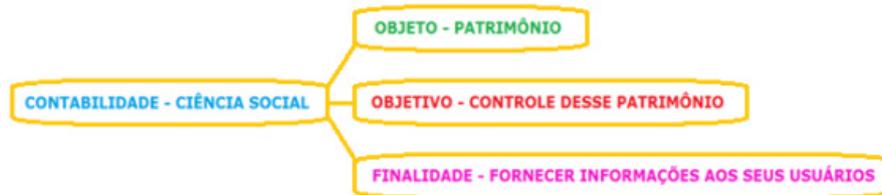




— 1. Patrimônio e Variações Patrimoniais

Antes de estudar os conceitos relativos ao patrimônio e às variações patrimoniais, é necessário entender o que é contabilidade e conhecer seus aspectos essenciais.

A Contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades e seu objetivo é controlar esse patrimônio, com a finalidade de fornecer informações aos seus usuários.



A primeira definição oficial de contabilidade foi aprovada no I Congresso Brasileiro de Contabilidade, ocorrido em setembro de 1924:

“Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de uma administração econômica, servindo como ferramenta para o gerenciamento da evolução do patrimônio de uma entidade e, principalmente, para a prestação de contas entre os sócios e demais usuários, entre os quais se destacam as autoridades responsáveis pela arrecadação dos tributos de uma nação ou região”.

Do conceito acima, pode-se extrair:

O campo de aplicação da contabilidade: pessoas físicas e jurídicas (entidades), com ou sem fins lucrativos, que detenham um patrimônio.

Funções da contabilidade: administrativa (controle do patrimônio por meio do registro dos fatos contábeis) e função econômica (que visa apurar o resultado daquela entidade: lucro ou prejuízo).

As entidades detentoras de patrimônio e gestão são chamadas de *aziendas*.

Essas entidades podem ter natureza econômica (são aquelas entidades que visam ao lucro), econômico-social (visam ao lucro e, ao mesmo tempo, prestam serviços de natureza beneficente ou social) e social (entidades beneficentes cujo objetivo não é o lucro).

Quem são os usuários da contabilidade?

A Resolução CFC Nº 1.374/11 menciona como usuários externos: investidores, financiadores e outros credores.

Dessa forma, são exemplos de usuários:

– Sócios ou proprietários, que querem saber qual a rentabilidade do negócio no qual investem e os riscos dessa atividade;

– Empregados, que desejam saber se a entidade terá condição de pagar seus salários, benefícios e demais encargos sociais;

– Administradores, que devem saber qual decisão tomar em cada caso concreto;

– Credores em geral, tais como: fornecedores de mercadorias e os bancos, que necessitam ter segurança de que receberão, respectivamente, o valor das mercadorias entregues e dos empréstimos concedidos (principal e juros);

– Governo, de forma ampla (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), a fim de estabelecer a política de tributação dessas entidades, fiscalizar suas atividades, etc.



O sistema operacional (SO) é um software essencial que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas executados pelos usuários. Sua principal função é gerenciar os recursos do sistema, garantindo que esses elementos sejam utilizados de maneira eficiente, segura e organizada. Além disso, o sistema operacional oferece uma interface que facilita a interação entre o usuário e a máquina. Dentre as funções de um Sistema Operacional estão:

Gerenciamento de Processos

O SO controla a execução de processos (programas em execução), realizando a alocação adequada dos recursos e coordenando a execução simultânea de múltiplos processos, o que permite a multitarefa. Para isso, utiliza algoritmos de escalonamento que definem a ordem e o tempo de uso do processador por cada processo. Entre os principais algoritmos, destacam-se:

- **First-Come, First-Served (FCFS):** atende os processos por ordem de chegada.
- **Round Robin:** distribui o tempo de CPU igualmente entre os processos.
- **Escalonamento por Prioridade:** seleciona processos com base em níveis de prioridade.

Esses mecanismos evitam que processos fiquem bloqueados indefinidamente e otimizam o desempenho do sistema.

Gerenciamento de Memória

O SO é responsável por controlar o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa receba o espaço necessário sem conflitos. Além da alocação física, o sistema pode utilizar memória virtual, que simula memória adicional usando parte do disco rígido. Essa técnica permite que múltiplos programas sejam executados mesmo em sistemas com pouca RAM. Duas abordagens comuns na memória virtual são:

- **Paginação:** divide a memória em blocos de tamanho fixo (páginas).
- **Segmentação:** organiza a memória com base nas estruturas lógicas dos programas.

Gerenciamento de Dispositivos de Entrada e Saída

O sistema operacional controla o acesso e a comunicação entre os programas e os periféricos do computador, como teclados, mouses, impressoras e discos rígidos. Um exemplo importante é o spooler de impressão, que armazena temporariamente os trabalhos de impressão em uma fila, permitindo que sejam processados de forma ordenada e sem conflitos, mesmo quando múltiplos usuários enviam documentos simultaneamente.

Gerenciamento de Arquivos

O SO organiza os dados armazenados em dispositivos como discos rígidos e unidades externas. Ele permite criar, acessar, modificar e excluir arquivos e diretórios de maneira eficiente. Para isso, utiliza sistemas de arquivos que definem como os dados são estruturados no armazenamento. Alguns formatos comuns de sistemas de arquivos incluem:

- **FAT32:** amplamente compatível, mas limitado no tamanho máximo de arquivos.
- **NTFS:** padrão do Windows, oferece recursos como permissões, compressão e criptografia.
- **EXT4:** utilizado em sistemas Linux, oferece alta confiabilidade e desempenho.

Além disso, o sistema operacional fornece interfaces que permitem ao usuário organizar arquivos em pastas e subpastas, renomear, copiar, mover ou excluir itens. Também é possível instalar e gerenciar programas, acessando-os por meio de menus, atalhos ou ferramentas de pesquisa.



— Dos Princípios Fundamentais

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



Prezado(a),

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar. É necessário copiar e colar o link a seguir diretamente em seu navegador para ter acesso ao conteúdo: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegidos os direitos autorais do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos!



Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, DOU, 27/02/1967

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

TÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 2º O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal.

Art. 3º Respeitada a competência constitucional do Poder Legislativo estabelecida no artigo 46, inciso II e IV, da Constituição, o Poder Executivo regulará a estruturação, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista.
- d) fundações públicas. (Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987)

Parágrafo único. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade. (Renumerado pela Lei nº 7.596, de 1987)

§ 2º (Revogado pela Lei nº 7.596, de 1987)

§ 3º (Revogado pela Lei nº 7.596, de 1987)